

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA
NO DIA 30 DE ABRIL DE 2018, NA SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

O assistente técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

Tomou a palavra o senhor **Vereador António Pinto Carreira** para proferir a seguinte declaração que se transcreve na íntegra: *“O 25 de abril é uma data que aprecio imenso por ser um dia que recorda...É um dia que recorda a minha emancipação.*

Neste dia relembro sempre os meus primeiros tempos de universidade e a razão que me fez abraçar a profissão que hoje exerço. São os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos que dão fundamento à formação académica que possuo. Foi o 25 de Abril que nos fez regressar a esses direitos que o tempo ominoso do fascismo nos tinha roubado.

O 25 de Abril é dos marcos mais importantes da nossa história coletiva. A memória deve perpetuar-se. É nossa obrigação deixar esse legado aos vindouros para que essas conquistas se não se desvançam e se fortifiquem dia após dia.

Penso também no 25 de Abril quando hoje, se constata as maiores atrocidades aos direitos fundamentais das pessoas, como a crise na Europa, a guerra na Síria, a fome no mundo, a crise no médio-orient, os atropelos ao direito internacional mesmo por aqueles que o defendem, a crise dos refugiados, e as perseguições políticas, culturais e religiosas que todos os dias nos chegam e o domínio absoluto do capital financeiro sobre a vida das pessoas. E nós temos o 25 de Abril.

Penso no 25 de Abril quando no Portugal do séc. XXI, ainda, existem tantas e tantas dificuldades, pessoas que sobrevivem com menos de 5 euros por dia, cidadãos que não têm casa, nos que não têm acesso ao serviço de saúde e à educação, nos marginalizados e nos excluídos. Penso no 25 de Abril, porque, apesar da conquista da liberdade, o princípio da igualdade não está cumprido. Não são conferidos a todos as mesmas possibilidades de acesso ao que se entende como direitos fundamentais, porque a discriminação existe, porque os recursos são escassos e os rendimentos são distribuídos de forma desigualitária. O fosso entre ricos e pobres agrava-se. A corrupção é uma doença que alastra na democracia e que a pode levar à morte e ao nascimento de perigosos populismos. Sá Carneiro, em 1971 na Assembleia Nacional, vão lá quase 50 anos, de forma desassombrada disse: “O valor essencial da liberdade sem a igualdade torna-se aristocrático privilégio de uns quantos”.

Penso no 25 de Abril por ter feito terminar uma guerra colonial inglória, onde muitos deram a sua vida. Só por isso estarei eternamente grato aos militares que fizeram cessar essa pungente realidade.

Penso no 25 de Abril quando olho para o meu concelho e para a minha cidade. Se o poder autárquico é uma das conquistas de Abril, a sua importância concretiza-se na relação de proximidade que se deve criar entre o poder e os cidadãos, na resolução dos seus problemas, no encontro entre o que, cada um em particular deseja e o interesse público, fundado na gestão rigorosa dos recursos e na sua boa utilização. O poder autárquico não se coaduna com visões atávicas de olhar para o passado e dizer que foi tudo mau e que a partir de agora será tudo bom. Não precisamos de quem sempre nos diga o que está errado, mas sim o que está certo e que é possível melhorar. Os autarcas, independentemente das suas opções ideológicas ao longo de mais de 40 anos deram, todos eles, o que de melhor sabiam, com erros é certo, mas convictos de que o que fizeram foi no sentido de melhorar as condições de vida dos seus concidadãos. Em política é preciso reparar o que está mal e nunca percorrer o caminho da vingança. Esta é o fundamento do ódio que aparta pessoas e destrói organizações e sociedades.

Hoje, olhamos para o nosso concelho e para nossa cidade e poderemos constatar que a qualidade de vida melhorou significativamente, em todos os domínios, na educação, na saúde, nas vias de acesso, na cultura, na criação de riqueza, na distribuição de

rendimentos. Mas estamos satisfeitos? Não. Queremos todos continuar a melhorar. A nós autarcas, cabe-nos em conjunto, essa tarefa, para que os nossos vindouros digam que lhes deixamos um concelho e uma cidade melhores do que aqueles que recebemos.

Também, penso no 25 de Abril quando, nos dias de hoje, se acertam opções políticas quanto á descentralização dos poderes do Estado. Sim estarei no combate pela descentralização, mas não darei um passo para a regionalização, embora tal tenha previsão constitucional. Descentralização com as transferências dos competentes recursos, porque faz melhor quem está mais perto das populações e conhece as suas necessidades, sim. Regionalização para a criação, apenas, de mais lugares políticos, não.

É bom termos o Portugal que temos hoje, graças ao 25 de Abril.

É, por isso, que quanto mais conheço o mundo mais gosto de Portugal, de ser português e de ser de Lamego. Parafraseando António Lobo Antunes direi: Portugal é central e muito grande e, por causa disso, os portugueses fizeram o 25 de Abril.”

FINANÇAS (COD 27)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de março de 2018.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2018 **(COD. 03)**

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 23 de abril de 2018, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

• Gabinete das Atividades Económicas e Turismo – CÓD. AO 01 | GAET 04

02-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD 51)**REQUERENTE: JENI MARIA ARAÚJO LOPES – CAFÉ BRIAN BORU**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 339/51/2018 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propondo à Câmara Municipal que delibere sobre o pedido da requerente, no qual solicita a ocupação de espaço público para instalação de esplanada aberta associada ao estabelecimento Brian Boru, na Rua da Olaria, em Lamego, pelo período de quatro meses, de 1 de maio a 31 de agosto de 2018, nos termos do n.º 1 do artigo 11º do Regulamento Municipal de ocupação de espaço público do Município de Lamego.

As taxas a liquidar pela requerente são de 196,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05**03-ASSUNTO: MANUTENÇÃO DO ATUAL TARIFÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS PARA 2018 (COD 01)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 340/01/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“A atividade de abastecimento público de água às populações constitui a prestação de um serviço público de carácter estrutural, essencial ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. A prestação de tal serviço deve pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço e de eficiência e equidade dos tarifários aplicados (Nota Justificativa – Regulamento de Águas do Município de Lamego).

A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos em Portugal, regulamenta, avalia, e audita as tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal - Estatuto da ERSAR-Lei 10/2014, de 6 de março.

As tarifas municipais respeitantes à prestação de serviços de abastecimento, saneamento e resíduos estão sujeitas ao parecer daquela entidade reguladora no que diz respeito à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor – n.7 do artigo 21º da Lei n.73/2013, de 3 de setembro. Na Recomendação n.1/2009, da ERSAR destacamos o princípio da acessibilidade económica, nos termos do qual os tarifários devem atender à capacidade financeira dos utilizadores finais, na medida

necessária a garantir o acesso tendencialmente universal aos serviços de águas e resíduos.

Considerando que apesar de ser notória uma evolução favorável da conjuntura económica do país, sentimos ainda da parte dos nossos consumidores dificuldades no cumprimento do pagamento das faturas da água o que leva ao acumular de atrasos e à execução fiscal e suspensão da prestação de serviços;

Considerando que a sustentabilidade dos sistemas não passa em exclusivo pela atualização dos tarifários mas sobretudo pela procura de soluções que promovam a eficiência e a redução dos custos operacionais;

Considerando que os Serviços levam a efeito periodicamente ações de fiscalização no terreno, procurando ligações ilegais de água e saneamento, fazendo cumprir a Regulamento de Águas, no que respeita à obrigatoriedade de ligação dos sistemas prediais às redes públicas, procurando reduzir perdas de água na rede e água não faturada.

Devemos optar pela manutenção do atual tarifário para o ano de 2018, sem prejuízo de no decorrer do exercício deste ano o Executivo Municipal proceder aos ajustes que entender necessários, concorrendo para uma eventual decisão nesse sentido as ações antes mencionadas encetadas pelos Serviços.

Assim, em face do exposto proponho ao Executivo Municipal, se digne deliberar a manutenção do atual tarifário para o ano de 2018.

Os Serviços cumprem globalmente o prescrito na Recomendação Tarifária nomeadamente no que respeita à estrutura tarifária, à implementação de tarifas para os mais carenciados e famílias numerosas, à não faturação de serviços auxiliares incluídos na cobrança de tarifas e à não cobrança de ramais até 20m.”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, manter o atual tarifário para o ano de 2018.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFIÁRIO SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DA GLÓRIA DA FONSECA SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 341/01/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria da Glória da Fonseca Santos, solicitou, ao abrigo do n.º 1 do artigo 106º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e do Tarifário da Prestação de Serviços, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que

propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água da instalação predial n.º 19828 de Maria da Glória da Fonseca Santos, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DA SEMANA ACADÉMICA 2018 (COD 26)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 342/26/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que autorize o evento – Semana Académica 2018, que irá decorrer no dia 21 de maio de 2018, em Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: EDP – MEIA MARATONA DO DOURO VINHATEIRO XIII (COD 51)

REQUERENTE: MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 343/51/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação 2690/DASU, de 23/04/2018, propondo à Câmara Municipal que autorize a passagem da EDP- Meia Maratona Alto Douro Vinhateiro, no Município de Lamego, no dia 27/05/2017.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO – CÓD. DOU | 06

• Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

07-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROC. 88-A/84 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ MANUEL DA SILVA BORGES

LOCAL DA OBRA: SANTA CRUZ DE CIMA - MELCÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 344/42/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 748/DOU, de 05/04/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 18/04/2018, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROC. 653/14 (COD. 42)

REQUERENTE: PAULO JORGE DA SILVA MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: CALÇADA DE CIMA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 345/42/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2485/DOU, de 08/11/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 23/04/2018, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROC. 428/16 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS COSTA PEREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE PONTE CABRIL - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 346/42/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 820/DOU, de 16/04/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 19/04/2018, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROC. 428/16 (COD. 42)

REQUERENTE: MANUEL FERNANDES REDE

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CHÃO DO CONCELHO - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 347/42/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 850/DOU, de 19/04/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 23/04/2018, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE UM ACESSO E COLOCAÇÃO DE UM PORTÃO - PROC. 88/18 (COD. 42)

REQUERENTE: REINALDO DA CUNHA SOARES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE VALE DE GOIVAS, RUA NOVA - ALVELOS - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 349/42/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 775/DOU, de 09/04/2018 e do

parecer do Chefe da DOU, de 20/04/2018, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de abertura de um acesso e colocação de um portão.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE LAMEGO (**COD. 48**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 348/48/2018 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 880/2018, de 09/04/2018 e do parecer do Chefe da DOU, de 26/04/2018, propondo que a Câmara Municipal delibere aprovar as alterações por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Lamego e que seja dado conhecimento da Aprovação à Assembleia Municipal e à CCDR-N, através de mera declaração, em cumprimento dos n.ºs 3 e 4 do artigo 121.º do RJIGT.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se, para intervir, os seguintes munícipes:

- 1- Joaquim dos Santos Almeida, residente em Lamego;
- 2- Orlando Saraiva, na qualidade de representante da Comissão da Irmandade de Nosso Senhor dos Aflitos, Bairro da Ponte, residente no Bairro da Ponte, Lamego;
- 3- Agostinha Pinto, residente na Rua Macário de Castro, Lamego;
- 4- Luís Gonçalves, em representação de uma zona habitacional, no Lugar de S. Gens, Lamego;
- 5- Joaquim Magalhães Correia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Figueira;
- 6- António Margarido Nunes Xavier, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem;
- 7- Amândio do Carmo Fonseca, na qualidade de Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL.

1- Tomou a palavra o senhor **Joaquim dos Santos Almeida** para colocar as seguintes questões: primeiro, felicitou a atitude desta Câmara, no que concerne à abertura nos dois sentidos da Rua Cardoso Avelino e Macário de Castro, sugerindo, no entanto, que apenas fosse permitida a circulação de pesados num só sentido, dado que se trata de

uma rua muito estreita. De seguida reportou-se a um assunto já explanado numa reunião de Câmara que se prende com uma notícia que saiu num jornal nacional, referente a uma cidade desta região, que se propunha candidatar a património mundial a “Cava do Viriato”. Disse que a seu ver, muito melhor entende que o espaço do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios e a parte nobre da cidade, que foi à pouco requalificada, deveria ser proposta a património mundial, atendendo à sua riqueza arquitetónica, devendo ser uma missão conjunta da Câmara Municipal Lamego, Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios e da Diocese de Lamego.

De seguida, referiu-se à Estação de S. Bento no Porto, que não se trata apenas de uma estação de comboio, mas sim é um monumento dos mais visitados na cidade do Porto, e nesse monumento está um painel de azulejo de autoria de Jorge Colaço, alusivo à procissão do Triunfo de Nossa Senhora dos Remédios e quando um dia se juntou a um grupo de pessoas que visitavam estes monumentos, o guia explicou efetivamente do que se tratava. No entanto, há outros guias que não sabem. Portanto, sugeriu ao senhor Presidente da Câmara que, ou através das Infraestruturas de Portugal ou mesmo a Câmara, colocassem naquele painel, uma identificação explicativa, fazendo assim publicidade de Lamego e da região.

Reportou-se, também, à herança do Dr. João de Almeida, deixada ao Município de Lamego, nomeadamente de uma quinta com vários hectares de terreno, situada na Serra das Meadas, mais concretamente entre a Turisserra e Reconcos, sugerindo a colocação de energias renováveis, ou uma indústria pedreira, com o sentido de se gerar algum rendimento para se poder investir na Quinta de Magueija.

Disse que, como utente do Complexo Desportivo, as obras de requalificação foram bem-feitas e todos o reconhecem, até mesmo a cantina ficou muito melhor naquele lugar. Tem conhecimento que um funcionário da Câmara que entrou há pouco tempo tem feito um trabalho meritório de limpeza, no entanto, sugeriu que os serviços camarários restaurassem o circuito de manutenção que possibilitaria que toda aquela zona de mata fosse limpa, dado que está completamente ao abandono.

Fez, também, referência à escultura do “Cavador”, uma obra do escultor Henrique Moreira, que ainda há pouco tempo fizeram uma reportagem sobre ela no canal “Porto Canal”, afirmando que, a seu ver, o local onde está colocada não é o melhor lugar para aquela escultura.

Por fim, reportou-se a uma questão que lhe diz respeito diretamente, referente à casa da Serra das Meadas, em que foi ele o herdeiro do recheio e doou duas ou três peças para o Museu de Lamego. Na altura levaram as peças, porém ninguém as vê no museu. Informaram-lhe ainda, que a Câmara tinha cedido, sem qualquer documento, a casa para a Associação Portas P’ra Vida e que assim que a referida associação tivesse as

instalações próprias, que é o caso, deixariam a casa que é por direito da Câmara, doada pelo seu tio, e deveria ser utilizada por visitantes, vontade manifestada pelo seu tio, pelo que solicitou ao senhor Presidente que assim fosse feito. Terminou dizendo, ainda, que na próxima reunião pública cá estará para questionar o senhor Presidente se já houve desenvolvimentos às questões por si levantadas.

2- Tomou a palavra o senhor **Orlando Saraiva**, na qualidade de representante da Irmandade de Nosso Senhor dos Aflitos, para se reportar a um requerimento que deu entrada na Câmara, tendo lido integralmente o seguinte texto: *“A Comissão de Irmandade do Nosso Senhor dos Aflitos, que é património do Município e está situado no Bairro da Ponte, vem informar Vossa Excelência de que vai proceder à urgente substituição do telhado da capela, uma vez que está a degradar o património que se encontra no interior da mesma. Como é do vosso conhecimento, a população é pouca e envelhecida, por isso estamos com muita dificuldade em arranjar verba para toda a obra. Vimos por este meio pedir alguma ajuda. O material que seria mais ou menos necessário seria: 1300 telhas. 80 cumos, 200 aqueiros, 2m de areia, 10 sacos de cimento e 80m2 de chapa ondolite. A comissão suportaria todos os outros trabalhos e a mão-de-obra. Este trabalho será para começar no princípio de Maio de 2018 para que a capelinha esteja pronta antes das festividades que se realizam sempre no 1º domingo de Julho. Agradecemos a vossa compreensão e aguardamos uma resposta de Vossa Excelência.”*

Disse que como a Capela é património do Município de lamego apelava à boa compreensão do Executivo para que pudesse ajudar na realização destas obras. Deu conhecimento que a comissão fez obras no interior da capela e gostariam de dar continuidade dessas obras na parte exterior.

Usou da palavra o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** para, relativamente ao assunto do senhor Orlando Saraiva, afirmar que concorda que a Câmara deva apoiar, na medida dos possíveis, as obras a realizar na capela de Nosso Senhor dos Aflitos, de forma a preservar o seu património, pelo que estará disponível para votar favoravelmente o apoio solicitado.

Quanto ao assunto do Dr. João de Almeida, destacou o assunto da candidatura de Lamego a património da humanidade, porquanto este assunto já fazia parte da sua campanha eleitoral.

Destacou, ainda, o assunto das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, afirmando que a sua posição política está expressa em ata, sendo que também é do mesmo entendimento, ou seja, aquela artéria não tem as medidas suficientes para o cruzamento de dois pesados, para além de os moradores e comerciantes não terem estacionamento disponível. Tal como o Dr. Joaquim Almeida, defende que a ter dois sentidos não deveria

possibilitar a saída de veículos pesados, pois tal solução diminuiria a frequência das vibrações que se fazem sentir nos edifícios contíguos.

Referiu, ainda, que a implementação desta medida deveria ser acompanhada da criação de bolsas de estacionamento que satisfizessem a procura, nomeadamente dos residentes, porque não se retira um direito adquirido ao longo de vinte anos sem qualquer compensação.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que de facto o Escadório de Nossa Senhora dos Remédios é o ex-libris da cidade e do concelho de Lamego, como é consabido, pelo que é de opinião que se deve valorizar esse património. Daí que não concordou com a alteração do logotipo da imagem do escadório de nossa Senhora dos Remédios para a imagem do Castelo, porque entende que esse património deve ser acolhido e ter um papel muito importante por parte da autarquia e estará disponível para tudo fazer por Lamego e pelo concelho.

Quanto ao legado do Dr. João de Almeida, disse conhecer bem esse assunto, tentou-se criar uma fundação, mas por razões de alterações legislativas e conjunturais não foi possível, mas é um património imenso e que Lamego deve preservar e estará também disponível para apoiar todas as iniciativas.

Em relação às obras na capela Nosso Senhor dos Aflitos estará disponível para deliberar, pois com certeza que o Município de Lamego não deixará de apoiar, mesmo tendo em conta as dificuldades que o município atravessa.

Usou da palavra o senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** para dizer que, relativamente ao assunto das obras a realizar na Capela de Nosso Senhor Aflitos, com certeza que a Câmara estará sensível a esse assunto e da sua parte terá também o seu apoio.

Em relação aos assuntos explanados pelo Dr. João de Almeida, são, de facto, todos muito importantes e merecem todo o cuidado e análise, parecendo-lhe que não será necessário um mês para que a Câmara possa analisar e resolver alguns dos assuntos colocados.

No uso da palavra o senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu-se ao assunto do painel que se encontra na Estação de S. Bento alusivo à procissão do Triunfo de Nossa Senhora dos Remédios, esclarecendo o senhor Dr. Joaquim de Almeida que, quando colocou esta questão na reunião do ano passado, tentou uma reunião com a CP, à qual nunca teve resposta.

Relativamente às obras a realizar na Capela de Nosso Senhor Aflitos, disse que a Câmara tem por obrigação apoiar na realização das referidas obras e com certeza que o senhor Presidente da Câmara irá encontrar uma solução, no sentido de se apoiar.

Tomou a palavra a senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** para, em relação ao assunto das obras a realizar na Capela de Nosso Senhor Aflitos, dizer que o mesmo irá ser analisado em sede do pelouro a cargo do senhor Vice-Presidente e certamente que será bem acolhido.

Quanto aos assuntos colocadas pelo Dr. Joaquim de Almeida e no que ao seu pelouro diz respeito, nomeadamente os painéis que se encontram colocados na Estação de S. Bento, disse que já teve uma conversa com alguns guias turísticos. Concordou que de facto é de toda a premência a colocação de uma ficha técnica pelo que irá diligenciar pela sua colocação junto das instituições. Referiu-se também ao Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, afirmando que estão atentos também a esse assunto, estando a pensar numa estratégia de turismo. Lamentou o facto de os azulejos recentemente restaurados continuem em péssimo estado. Frisou que estão atentos a todos estes assuntos, inclusive já estiveram com a Secretária de Estado do Turismo, bem como o Presidente do Turismo Porto e Norte para dar conta destes e doutros assuntos importantes para o desenvolvimento do turismo de Lamego.

Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** para, em relação ao assunto das obras a realizar na Capela de Nosso Senhor Aflitos, dizer que, dentro dos escassos recursos financeiros da câmara, irá analisar o pedido e ver o que se pode apoiar.

Quanto às questões colocadas pelo Dr. Joaquim de Almeida, disse que concorda com a maior parte do que disse. Disse que conhece bem a casa e os terrenos doados pelo Dr. João de Almeida ao Município, concordando que a Câmara deveria ser dado outro tipo de atenção, pelo que irão encontrar uma melhor forma de a dignificar.

Relativamente ao circuito de manutenção, disse que esteve, de facto, abandonado anos a fio; a catástrofe recentemente ocorrida, veio destruir ainda mais aquele lugar. Afirmou que estão a ultimar uma forma de restaurar o circuito de manutenção que é algo que os lamecenses gostam de utilizar.

Quanto à escultura “O Cavador” é uma referência da cidade, sendo de opinião que está bem localizada, no centro da cidade. Necessitará de mais informação para se saber quem é, pois poucas pessoas a conhecem.

Por fim, em relação à abertura nos dois sentidos das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro disse que, passada uma semana da sua abertura, não há dúvida nenhuma sobre as vantagens para a cidade da abertura ao trânsito nos dois sentidos, tem de facto muita funcionalidade. Quanto à questão da proibição nos dois sentidos de pesados é um assunto que estão a acompanhar, caso se justifique será corrigido. Neste momento não tem havido qualquer problema com a passagem dos pesados. Disse que estão a criar uma bolsa de estacionamento para os residentes junto à escola primária, bem como junto ao Largo da Vitória.

O senhor **Presidente da Câmara**, em primeiro lugar, congratulou-se com a presença de tantos munícipes na reunião pública. Todavia, afirmou que os pedidos institucionais, quer das associações, juntas de freguesia não necessitam de ser expostos na reunião pública para serem apreciados.

Em relação ao assunto do senhor Orlando Saraiva disse que o mesmo já está a ser tramitado, tal como já respondido pelo senhor Vice-Presidente.

Quanto às questões relacionadas com o turismo já foram também respondidas pela senhora vereadora do pelouro.

Relativamente ao Complexo Desportivo, o mesmo foi objeto de requalificação há muito pouco tempo, no entanto, o circuito de manutenção não foi incluído nestas obras. Referiu que, tal como já dito pelo Vice-Presidente, estão a diligenciar junto do Secretário de Estado do Desporto, para encontrar uma forma de o restaurar, bem como resolver os problemas do campo de futebol.

Quanto à questão da circulação nos dois sentidos das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro realçou o esforço e compreensão dos moradores e comerciantes, relativamente à mudança de hábitos que sofreram.

No que concerne ao património deixado pelo Dr. João de Almeida, informou que tem esse assunto entre mãos, para que, do ponto de vista jurídico, possa ser resolvido definitivamente, com respeito pelo destino definido pelo Dr. João de Almeida.

3- Tomou a palavra a senhora **Agostinha Pinto**, residente na Rua Macário de Castro, para, em primeiro lugar dizer que se as Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro estivessem abertas ao trânsito nos dois sentidos há mais tempo, as casas estavam nesta altura muito mais degradadas, dado o tipo de construção de que são constituídas, bem como pela constante trepidação que é provocada pelos veículos, principalmente os mais pesados. Disse que se podem mudar de ideias e de hábitos, mas não se podem mudar as estruturas das casas. Porém o problema que quer colocar à Câmara prende-se com o Bar Trebaruna, devido ao ruído que fazem até altas horas da noite, impedindo o descanso merecido da sua família e de todos os moradores. Disse que tem-se socorrido da polícia, no entanto, não pode andar sempre a socorrer-se dela, até porque a mesma lhe tem respondido que a Câmara é que passa a licença para poderem estar abertos até de madrugada. Referiu, ainda, que acresce o facto de nesta altura colocarem uma esplanada, o que vai provocar ainda mais barulho, para além de ocuparem o passeio público, impedindo a passagem dos transeuntes, por isso apelou ao senhor Presidente da Câmara que fossem fiscalizadas as esplanadas antes de serem licenciadas, bem como horários decentes para que os estabelecimentos possam estar abertos.

Por fim, queixou-se da Mata das Brolhas, afirmando que tem mato que cresceu à revelia, havendo já loureiros com uma altura considerável encostada às casas dos moradores. Disse que não tem havido gestão de combustíveis, estando em perigo iminente de incêndio e se tal acontece provocará um incêndio de grandes dimensões dado que as casas estão mesmo junto ao referido mato.

4- Tomou a palavra o senhor **Luís Gonçalves**, em representação de uma zona habitacional, no Lugar de S. Gens. Disse que há um problema generalizado que já colocou à Câmara para ser resolvido, pois é do conhecimento de todos que o promotor daquela construção senhor Joaquim da Silva Neves, teve os seus problemas e deixou-os por resolver, nomeadamente no que se refere aos espaços verdes.

Disse que o edifício Colinas A, B e C tem um problema acrescido que tem a ver com um buraco enorme na zona pedonal circundante ao referido prédio. Existe também no prédio de S. Gens um cabo de alta tensão quase a tocar no chão. Referiu que colocou todos estes problemas ao anterior Executivo, tendo sugerido o levantamento das cauções, no entanto, nada foi feito até à presente data. Por isso, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que a Câmara tome posse dos referidos espaços verdes, no sentido de fazer a respetiva manutenção e arranjo.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** para dizer que se de facto existirem as cauções as mesmas deverão ser acionadas, se não existirem compete à Câmara resolver estes problemas, no sentido de se fazer os arranjos exteriores.

No que concerne ao assunto da senhora Agostinha, sugeriu que se fizesse um levantamento do estado em que se encontram todas as habitações das Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, para que, no caso de no futuro se pagarem indemnizações, se possam fazer com justiça e equidade na defesa dos privados mas também do interesse público, pois entende que as vibrações provocadas pelos veículos pesados podem provocar grandes estragos nas habitações.

Quanto ao ruído provocado pelo Bar Trebaruna, disse que existe uma lei do ruído que até é recente e que deverá ser cumprida, havendo mecanismos de medição e verificação de ruído acima dos níveis permitidos.

Usou da palavra o senhor **Vereador António Pinto Carreira** para dizer que o Executivo deverá diligenciar no sentido de notificar os privados para que atuem em conformidade.

Quanto ao assunto do senhor Luís Gonçalves pensa que há um processo relativamente ao cancelamento das cauções, pelo que colaborará na resolução do problema.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** para dizer que existem meios técnicos de medição do ruído, pelo que o Executivo em funções poderá diligenciar, no sentido de apurar se efetivamente os limites são ultrapassados e caso tal se verifique atuar de acordo com a lei.

Quanto à esplanada, disse que de facto há uma dificuldade de passagem dos transeuntes, quando a mesma se encontra instalada, pois conhece o local.

Relativamente ao prédio de S. Gens, referiu que se existem cauções, as mesmas deveriam ser acionadas, no sentido de reparar os problemas existentes que são prementes.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que, relativamente à falta de gestão de combustíveis na Mata das Brolhas, por força da lei, as autoridades é que participam à Câmara quem não cumpre a legislação, pelo que estão a aguardar correspondência. Não obstante, afirmou que irá contactar a PSP, no sentido de saber se já foi feito algum levantamento, da necessidade de intervenção da Câmara, para se notificar os proprietários.

Quanto ao Bar Trebaruna, está estabelecido um regime de horário e funcionamento do estabelecimento, e está dependente de que haja queixa ou não. Se a PSP vai ao local, tem de ser efetuado um auto e que devesse ser remetido à Câmara, para que possa atuar em conformidade.

No que concerne ao assunto dos prédios, disse que o assunto está nos serviços para avaliar se o valor das cauções é suficiente para executar os projetos tal como existiam. O problema é conhecido, a zona está de facto degradada, afirmando que tem o assunto entra mãos.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que é sua obrigação, enquanto Presidente da Câmara, resolver os problemas dos munícipes, não necessitando de ser colocados em reunião pública, para que sejam mais rapidamente tramitados. Embora seja legítimo fazê-lo, no entanto, uma simples carta ou qualquer outra comunicação bastará para que possa ser resolvido o problema de qualquer cidadão.

Quanto à questão de S. Gens, é de facto um problema maior e de difícil resolução, pelo que irá ser estudada uma resolução.

5- Tomou a palavra o senhor **Joaquim Magalhães Correia**, na qualidade de **Presidente da Junta de Figueira** para se reportar ao circuito do Verdinho, afirmando que gostaria de ver alargado à sua freguesia o circuito do Verdinho, dada a inexistência de transportes públicos.

Outra situação prende-se com uma habitação em ruína, propriedade de João Rebelo, que tem uma envolvente enorme de terreno em que existe falta de gestão de combustíveis, apelando a que os serviços camarários notificassem os proprietários no sentido de limparem o terreno, dada a proximidade do período crítico da época de incêndios.

6- Tomou a palavra o senhor **António Margarido Nunes Xavier**, na qualidade de **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para se reportar

também ao circuito do Verdinho, afirmando que gostaria de ver alargado à sua freguesia a ligação do circuito do Verdinho, pelo menos nos dias de feira semanal e no verão, após o término do ano letivo, dada a inexistência de transportes públicos.

Solicitou, ainda, que fosse colocada informação dos horários de passagem dos transportes coletivos, tal como acontece com as paragens do circuito do Verdinho.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues**, sobre as questões colocadas pelos senhores presidentes de junta, a propósito dos transportes públicos nas suas freguesias, considera que se trata de um assunto de difícil resolução, pois para além de continuar a haver a promoção do uso do transporte particular e atualmente, sem estar a acusar ninguém, as empresas de transporte público funcionam num sistema de “cartelização” o que dificulta a decisão de quem gere os dinheiros públicos criando, também, dificuldades às pessoas que necessitam de usar transportes públicos. Conclui dizendo que está disponível para, juntamente com todo o Executivo, encontrar a melhor solução, dentro das possibilidades do Município, para satisfazer o maior número de freguesias com transportes públicos.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, considera que dentro das capacidades e possibilidades do Município de Lamego, deverá ser feito um esforço para que haja transporte público diário das freguesias para a cidade, dado que neste dois casos em concreto, há o risco da população destas freguesias efetuarem as suas compras na Cidade do Peso da Régua, ao invés de as fazerem em Lamego, ajudando a economia local.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa**, sobre este assunto, referiu que está de acordo com as reivindicações dos senhores presidentes das juntas de freguesia, uma vez que existem freguesias que são servidas do transporte público Verdinho e outras que não o são, criando-se um sentimento de desigualdade na população que não é servida por este serviço de transporte público, cabendo à Câmara Municipal encetar esforços para encontrar soluções para resolução deste problema.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que está sensível às preocupações exposta pelos senhores presidente das juntas de freguesia, e que, com o seu apoio e dentro das possibilidades do Município, deveria se proceder ao alargamento da rede de transporte público Verdinho a todas as freguesias, evitando também a tendência, em algumas freguesias, das pessoas deslocarem-se aos concelhos vizinhos efetuarem as suas compras.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** em relação a este assunto referiu que a rede de Transporte Público Verdinho, ao longo dos tempos, foi evoluindo conforme as necessidades, mas toda a organização dos transportes públicos de passageiros existente, irá ser alterada em 2019 por força da Lei nº 52/2015, de 9 de junho, que

aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros e que representa uma alteração ao modelo de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros concretizando uma descentralização administrativa de competências através da criação da figura das autoridades de transportes de âmbito local. Com isto os locais com mais de 40 habitantes irão ter acesso garantido ao serviço público de transporte de passageiros até à sede de município respetivo e aos principais equipamentos e serviços públicos de referência de nível municipal. Para já irá ser feito um esforço, para que mais freguesias sejam servidas do serviço do Transporte Público Verdinho, até à aplicação da nova Lei.

O senhor **Presidente da Câmara**, sobre o serviço de transporte público Verdinho, referiu que compreende que todos os Presidentes de Junta queiram o mesmo tratamento para os habitantes da sua freguesia e, no seguimento das suas intervenções, no sentido de tratar todas as freguesias de igual modo, seria desejável que todas as freguesias fossem servidas da referida rede de transportes pelo menos uma vez por dia. Como referido, e bem, pelo senhor Vice-Presidente da Câmara irá haver mudanças na gestão do sistema de transportes públicos municipais e intermunicipais, por força da nova legislação, que transformará o desejável numa obrigação, fazendo com que os serviços estejam mais próximos de toda a população.

7- Tomou a palavra o senhor **Amândio do Carmo da Fonseca**, na qualidade de Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL, começando por referir que as suas participações nas reuniões públicas, em nome pessoal e em nome da APITIL servem apenas para colaborar com a gestão camarária, pelo progresso e desenvolvimento de Lamego, tendo em conta a sua experiência na vida autárquica.

Referiu, também que compreende as dificuldades que o Município de Lamego tem, em realizar projetos por falta de condições financeiras, considerando que é possível dar andamento a vários processos importantes, que destacarão Lamego como líder na Região, sem se fazer um grande esforço financeiro, nomeadamente: - 1) Realizar esforços junto das entidades competentes para a atribuição de novos equipamentos e serviços ao Hospital de Proximidade de Lamego, que detém excelentes instalações para os receber, para que sirva não só a população do Concelho de Lamego mas também os 8 concelhos mais próximos desta região, evitando, assim, viagens dos utentes para o Vila Real e evitando, também, horas de espera no serviço de urgências do Hospital de Vila Real. Isto tudo anularia a injustiça que no passado foi feita a Lamego, aquando da retirada de vários serviços hospitalares, lembrando que, nessa altura, a APITIL movimentou centenas de pessoas e gastou dinheiro na defesa da manutenção dos

serviços hospitalares, nomeadamente o serviço de maternidade, serviço esse que entretanto foi retirado juntamente com outros serviços hospitalares; 2)- Criar condições para a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados em Lamego, lembrando que no passado a APITIL apresentou um projeto para a construção dessa unidade de saúde que mereceu aprovação do governo, sendo que a Câmara Municipal aprovou a doação à APITIL do terreno do antigo Matadouro Municipal para a sua construção, processo que não avançou por se ter optado, mais tarde, por instalar a Unidade de Cuidados Continuados nas antigas instalações do Hospital de Lamego, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, opção essa que por razões desconhecidas, também não avançou. Por essa razão, em Novembro de 2017, após a tomada de posse do novo Executivo Municipal, a APITIL apresentou documentos e informações seguras sobre as opções disponíveis para se avançar com o referido projeto numa candidatura com fundos comunitários; 3)- Desenvolver esforços para incluir Lamego no Programa Nacional de Regadios, anunciado recentemente pelo governo, dando o exemplo do Concelho de Moimenta da Beira que irá receber investimento num sistema de regadio através da construção de uma barragem que será determinante para o reforço do setor da maçã; 4)- Aplicar integralmente do Plano de Mobilidade na Cidade de Lamego, ao invés de se estarem a efetuar, apenas, pequenas intervenções e resolução de pequenos problemas em alguns setores da cidade. Concluiu, a sua intervenção, realçando, mais uma vez, que a sua presença e a da APITIL, nas reuniões públicas, servem apenas para colaborar, zelando pelos interesses comuns dos Lamecenses, dizendo ainda que a APITIL foi pioneira na defesa da melhor qualidade de vida dos mais carenciados, das crianças, dos idosos, e das pessoas portadoras de deficiência.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que é sempre um gosto ouvir o senhor Amândio Fonseca, com as suas preocupações, que são todos, e o seu otimismo para as tentar resolver. Em relação ao Hospital de Lamego, considera que um serviço de saúde não é um conjunto de paredes de betão, é sim um conjunto de equipamentos e, nomeadamente, de recursos humanos que estão ao dispor da saúde da população, julga no entanto, neste tempo que se vive, o sistema de saúde funciona em rede, com as tecnologias existentes, por exemplo, é possível analisar um paciente no Hospital de Lamego por um médico especialista que se encontra num hospital no Porto ou Vila Real. Porém, todos nós somos bairristas e gostaríamos de ter em Lamego o maior número de valências possível.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** considera que é de louvar a atitude e as preocupações demonstradas, pelo senhor Amândio da Fonseca, em defesa dos interesses de Lamego e dos Lamecenses, da qual partilha das mesmas preocupações em relação à Saúde, considerando que se todos os Lamecenses lutarem pela mesma

causa, mais hipóteses existem de se atingir o objetivo na obtenção de mais e melhores serviços de saúde em Lamego.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa**, sobre este assunto referiu que partilha as mesmas preocupações manifestadas pelo senhor Amândio da Fonseca, e que a Câmara Municipal tem um papel determinante em resolver estes problemas que são transversais e comuns a toda a gente.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** agradeceu a presença do senhor Amândio da Fonseca, realçando o empenho que habitualmente demonstra nas suas intervenções em reuniões públicas em defesa dos interesses de Lamego e dos Lamecenses, dizendo que partilha, naturalmente, as preocupações aqui apresentadas, e evidentemente estará disponível para apoiar a luta necessária para a defesa dos interesses de Lamego.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** considerou que as preocupações, pelo senhor Amândio da Fonseca, também são suas preocupações e que naturalmente também tem interesse em que se encontre uma forma de solucionar os temas abordados.

O senhor **Presidente da Câmara**, sobre intervenção do senhor Amândio do Carmo Fonseca, e nomeadamente sobre a referência às “pequenas intervenções” que este Executivo tem realizado, referiu que se trata de um tipo de intervenção muito positiva deste Executivo resolvendo, para já, alguns pequenos problemas existentes. Irá fazer os possíveis para que outros pequenos problemas sejam igualmente resolvidos.

Quanto à questão da Unidade de Cuidados Continuados, referiu que não existe nenhum projeto, nem nunca houve em termos de Governo Central qualquer verba destinada para este fim, podendo ter havido interesse da Autarquia em desenvolver o projeto.

Esclareceu que há, efetivamente, necessidade premente desta área no Município, sendo que se houver alguma entidade pública ou privada que queiram abraçar este projeto terão, naturalmente, todo o apoio e envolvimento por parte do Executivo.

Quanto ao estudo efetuado sobre Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, ainda em fase de diagnóstico, o mesmo tem servido de base para as opções que vão sendo tomadas pelo Executivo Municipal.

13-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e dez minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo assistente técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

O Presidente,

O Secretário